

# À MARGEM DOS GRANDES ESQUEMAS: O ASSOCIATIVISMO POLÍTICO-ELEITORAL DOS TRABALHADORES DE PERNAMBUCO E DA BAHIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Outside the big schemes: political-electoral associations of workers in the First Republic, the cases of Pernambuco and Bahia

Al margen de los grandes esquemas: las asociaciones político-electorales de trabajadores en Pernambuco y Bahía durante la Primera República


FELIPE AZEVEDO E SOUZA<sup>I\*</sup>  
ALDRIN A. S. CASTELLUCCI<sup>II\*</sup>

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420220102>

---


<sup>I</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

\*Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (felipeazv.souza@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-6232-3273>

<sup>II</sup>Universidade do Estado da Bahia – Alagoinhas (BA), Brasil.

\*\*Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (acastellucci@uneb.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-0957-5479>

Artigo recebido em 16 de agosto de 2021 e aprovado para publicação em 05 de novembro de 2021.

## RESUMO

Durante a Primeira República os índices de participação eleitoral eram diminutos, no entanto isso não implicava ausência de disputa por votos. O presente artigo procura evidenciar que os trabalhadores organizados tiveram papel fundamental na estruturação da competição eleitoral em centros urbanos. A análise dos casos de Pernambuco e da Bahia mostra que: os trabalhadores conformavam a maior parte do eleitorado das capitais; as associações de classe organizavam diversas etapas do processo de votação; o movimento operário criou formas originais de participação e representação política por meio de mandatos coletivizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Operário; Trabalhadores; Eleições; Competição Política; Primeira República.

## ABSTRACT

During the First Republic, electoral participation rates were low. However, this did not imply the absence of a dispute for votes. This article seeks to show that organized workers played a fundamental role in structuring electoral competition in urban centers. The analysis of the cases of Pernambuco and Bahia shows that: workers formed the majority of the electorate in the capitals; class associations organized different stages of the voting process; the labor movement created original forms of political participation and representation through collectivized mandates.

**KEYWORDS:** Labour Movement; Workers; Elections; Political Competition; First Republic.

## RESUMEN

Durante la Primera República, los índices de participación electoral fueron muy bajos, sin embargo, esto no eximió la disputa por los votos. Este artículo pretende mostrar que los trabajadores organizados desempeñaron un papel fundamental en la estructuración de la competencia electoral en los centros urbanos. El análisis de los casos de Pernambuco y Bahía muestra que: los trabajadores formaron la mayoría del electorado en las capitales; las asociaciones de clase organizaron diferentes etapas del proceso de votación; el movimiento obrero creó formas originales de participación y representación política a través de mandatos colectivizados.

**PALABRAS CLAVE:** Movimiento Obrero; Trabajadores; Elecciones; Competencia Política; Primera República.

**T**homas L. Haskell escreveu certa vez que os esquemas explicativos são como redes de pesca lançadas nas profundezas do passado. O que se captura depende tanto da forma, da trama e da textura dessas redes quanto do que o mar contém (Haskell, 1998: 3). A literatura sobre as disputas políticas na Primeira República foi especialmente pródiga em desenvolver esquemas explicativos baseados em padrões estáveis, com destaque para a trindade formada pela política do café com leite, a política dos governadores e o coronelismo. As malhas dessas redes, há algum tempo já foi percebido, são demasiadamente frouxas para dar conta da complexidade política da época. Tecidas habilmente com fios de verossimilhança, apresentam dinâmicas sistêmicas e aplicações generalizantes como a representação das eleições viciadas que nulificavam as possibilidades de influência dos eleitores em relação aos resultados das urnas. Afinal, naquelas águas abundavam os mecanismos de exclusão, as apurações de voto capciosas, as diplomações degoladas, o eleitorado diminuto, a corrupção das barganhas e transações espúrias.

É com tarrafa de malha mais fina que se pode explorar o caso das agremiações de trabalhadores de Pernambuco e da Bahia que estiveram envolvidas em disputas eleitorais por décadas, conquistando cargos eletivos sem renunciar a plataformas programáticas voltadas às demandas de trabalhadores urbanos. O presente texto não diverge das interpretações clássicas que indicam o caráter corrupto e excludente do sistema eleitoral da Primeira República. No entanto, evidencia que esse cenário não era intransponível para lideranças de associações de trabalhadores, contrariando perspectivas que apontam que “eram nulas as possibilidades de influenciar a política via participação eleitoral” (Carvalho, 2003: 109).

Em texto recente, Cláudia Viscardi afirmou que “a ideia de que as eleições eram muito pouco competitivas merece ser questionada”, indicando que esse tipo de abordagem é proveniente de procedimentos metodológicos que tendem “a generalizar para todo o país os processos políticos ocorridos em estados nos quais as oligarquias eram mais unidas, como foram os casos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul” (Viscardi, 2017: 120). De fato, os conflitos entre grupos oligárquicos em Pernambuco e na Bahia criaram janelas de oportunidade que ampliaram o potencial de inserção dos trabalhadores na arena política. Entretanto, além das instabilidades circunstanciais nos altos círculos de poder, dois aspectos são relevantes para compreender por que os trabalhadores se tornaram atores políticos relevantes no jogo eleitoral da época: o perfil do eleitorado urbano e as tradições associativas dos trabalhadores de Recife e Salvador.

O aspecto capital dos estudos da área é a constatação de que o eleitorado era diminuto. Ainda assim, quase nada se sabe do perfil social dos votantes para além do fato de que deveriam ser homens, alfabetizados e maiores de 21 anos. As listas eleitorais do período

republicano geralmente fornecem pouco subsídio nesse sentido, mas existem exceções, como o alistamento do eleitorado recifense de 1904, que apresenta os ofícios de todos os 8.952 votantes. Diferente do Rio de Janeiro, onde, segundo José Murilo de Carvalho, o eleitorado era formado majoritariamente por funcionários públicos “sujeitos às pressões por parte do governo” (Carvalho, 2004: 86), em Recife as listas eleitorais do início do século indicam os “artistas” como a categoria de ofício predominante, conformando mais de um terço do total do eleitorado (Tabela 1).

O termo “artista” comportava uma grande variedade de ofícios manuais qualificados, e esses trabalhadores geralmente não se apresentavam na esfera pública em tesa e disciplinada coesão política. De todo modo, porém, as fontes indicam que os canteiros de obras e as oficinas da cidade eram conduzidas e frequentadas por trabalhadores com direitos políticos e, durante as eleições, por candidatos em campanha. Mais diversos do que dispersos, os artífices de Recife e de Salvador estavam organizados em uma profusa malha associativa e, nesse sentido, atuavam na esfera pública em contraste com outro antigo esquema explicativo que percebia o insolidarismo como marca distintiva da população da época (Gomes e Abreu, 2009: 4).

O Partido Operário da Bahia foi fundado em 1890 contando com a adesão imediata de centenas de artífices em todas as freguesias de Salvador. Em 1893 essa organização deu lugar ao Centro Operário da Bahia, uma entidade que possuía entre 4 e 5 mil filiados nas duas primeiras décadas republicanas, que eram, em sua maioria, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, alfaiates, tipógrafos, entre trabalhadores de outros ofícios (Castellucci, 2010a). A Liga Operária Pernambucana foi fundada em 1886, mas foi com o advento da República que ela impulsionou seu envolvimento com as eleições apoiada em uma base de filiados igualmente formada pelos artífices (Souza, 2020). Nos primeiros anos do século XX, uma nova organiza-

**Tabela 1 – Eleitores do Recife classificados por ofício, 1904.**

OFÍCIO	QUANTIDADE	%
Agricultor	474	5,3%
Artista	3.243	36,2%
Comerciante	2.501	28%
Funcionário Público	1.272	14,2%
Negociante	424	4,7%
Outros ofícios	1.038	11,6%
<b>TOTAL</b>	<b>8.952</b>	<b>100%</b>

Fonte: Edições do *Diário de Pernambuco* entre 17 de julho de 1904 e 26 de agosto de 1904.

Elaboração própria.

ção ganhou destaque em Pernambuco, o Centro Protetor dos Operários, que chegou a reunir cerca de 6 mil trabalhadores sob sua bandeira<sup>1</sup>. Afora essas grandes organizações, uma ampla constelação de associações de ofício, sindicatos, irmandades religiosas e sociedades mutualistas exibiu a pluralidade de formas associativas ativas em defesa dos direitos dos trabalhadores nessas cidades, também por meio de ações políticas (Castellucci, 2010b; Mac Cord, 2010).

Nem contra o Estado, nem indiferentes aos jogos de poder, os artistas organizados buscaram se postar no novo regime enquanto parte da comunidade política, entendiam-se como agentes promotores da ordem republicana e conseguiram ser eleitos em diversas ocasiões para postos nos legislativos municipais e estaduais. Eram homens versados nas tradições associativas dos tempos da monarquia e, muitos deles, antigos militantes dos movimentos abolicionista e republicano. Estavam, portanto, habituados tanto às negociações de camarilha nos corredores de palácios quanto ao frenesi das manifestações de rua. Como veremos, esse foi um capital valioso para que esses grupos conquistassem cadeira cativa nos estratos intermediários da política estadual mesmo em cenários de alternância oligárquica.

Os artistas manuais que apresentamos aqui eram, em sua grande maioria, negros e pardos, assim como a maior parte da classe trabalhadora nos dois estados. O perfil racial de indivíduos e grupos impactava as formas como eles experienciavam a política, principalmente em uma época de expansão e livre circulação das ideologias de discriminação racial, e essa é uma das contribuições incontornáveis das pesquisas em História Social no pós-abolição. As análises da área apresentam novas interpretações e vêm expandindo o conhecimento sobre práticas e itinerários da cidadania política na Primeira República. Os estudos de Carolina Dantas sobre Monteiro Lopes, o primeiro líder político negro eleito deputado federal com uma plataforma de defesa dos “homens de cor” e dos operários, são expressivos do potencial do campo. Lopes era um fenômeno das urnas, mas, mesmo vitorioso nas eleições de 1904 e 1905 no Rio de Janeiro, foi obstado pela degola e não foi diplomado. Só conseguiu assumir a deputação federal em 1909, quando outra ameaça de interdição de sua diplomação foi vencida pela pressão de uma imensa onda de mobilização popular por meio de comícios e manifestações públicas de associações negras e operárias por todo o país (Dantas, 2010, 2014). Com o olhar calibrado para esse universo associativo em movimentação eleitoral no Rio de Janeiro, Leonardo Pereira mostrou como clubes dançantes e carnavalescos eram cotejados por grandes líderes políticos da República, como Hermes da Fonseca e Paulo de Frontin (Pereira, 2017).

Na senda da produção recente é possível perceber essa pactuação política nas festas e nos barracões das associações recreativas. E pode-se ir além. Na busca por uma comunidade política mais diversa é possível notar o recorrente encontro entre os rituais políticos e os do candomblé. Em Salvador, como mostram Gabriela Sampaio e Wlamyra Albuquerque, “se

alguém quisesse se eleger, teria muitos votos se um pai ou mãe de terreiro fizesse a indicação do candidato aos seus seguidores”, e muitos homens eminentes, até mesmo um senador da República, procuravam o apoio das lideranças religiosas e, também, as bênçãos e proteções dos orixás (Sampaio e Albuquerque, 2021: 201). O literato Joaquim Carneiro Vilela escreveu que, em Recife, “as feitiçarias da bacia e do cachimbo” eram “auxiliares poderosas da política”. Segundo ele, os candomblés da cidade eram frequentados por deputados no início do século XX<sup>2</sup>. Já em 1892 a cidade havia eleito para a Intendência Municipal o pai de santo abolicionista e republicano João Carolino do Nascimento, mais conhecido como Casaca de Couro, apelido que remetia a seu ofício de mestre seleiro<sup>3</sup>.

São modalidades de engajamento que aconteciam muitas vezes pautadas por práticas que escapavam ao roteiro de um imaginário cívico derivado do que Renato Lessa batizou de “demiurgia institucional” (Lessa, 2012). Esse universo de mobilização e participação era satirizado por crônicas na imprensa da época e foi ignorado por muito tempo pela historiografia, no entanto era um elemento constituinte do universo de competição política nas cidades e funcionava sob os auspícios e interesses de estadistas renomados.

As formulações de Paolo Ricci e Jaqueline Zulini sobre o funcionamento das eleições do período orientam os estudos do campo para uma agenda de releitura de alguns desses aspectos. Há especial ênfase em relação à abordagem da fraude eleitoral, que merece ser “entendida por além do tema do desvirtuamento da verdade” das urnas, nesse caso, sendo percebida como indício do “modo de competir em voga naquele momento” (Ricci e Zulini, 2014: 466). Trata-se de elemento manifesto da existência de competição eleitoral. Essa perspectiva permite reavaliar, por exemplo, uma batida policial ocorrida em Recife na casa de uma feiticeira chamada Otília Jesus, onde as autoridades encontraram “14 livros de títulos eleitorais”, alguns “já fora dos canhotos”, além de cachimbos, pandeiros e maracas. A ação policial serviu para descortinar que a casa daquela “crioula moça” se havia convertido em sede da comissão de alistamento eleitoral<sup>4</sup>.

Esse fato permite-nos constatar que pessoas à margem da cidadania política e dos domínios do sistema representativo podiam ser não apenas operadoras de suas dinâmicas internas mas também agentes de sua construção.

Os artífices de nosso estudo participaram ativamente da construção dessas teias políticas. Eles constituíam a fração mais qualificada e economicamente bem situada do operariado, ainda que posicionada no polo oposto da pirâmide socioeconômica em relação aos grupos oligárquicos. Do ponto de vista político, as relações e negociações entre trabalhadores e oligarcas variavam contextualmente, mas eram sempre atravessadas por interesses eleitorais mútuos, executados por intermédio de estratégias próprias e com base em

lógicas que contrariavam o vínculo fático da submissão ou da dominação. Além disso, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, as relações político-eleitorais entre os trabalhadores e as elites datavam do Império, não sendo incomum encontrar alguns daqueles personagens nas tramas do início da República.

## AGENDAS E ESTRUTURAS DE MOBILIZAÇÃO

Organizados em um arquipélago associativo, os trabalhadores de Pernambuco e da Bahia enfrentaram o mesmo desafio nos primeiros anos republicanos: articular sua diversidade interna em um projeto político de classe. Foram tempos marcados pelo dissenso; as desavenças entre os artistas eram públicas, mas acabavam por exibir uma refinada compreensão dos princípios fundamentais do sistema representativo e das possibilidades abertas em seu bojo. O maior entrave surgia da dificuldade de conciliar a democracia interna com a necessidade de se chegar a um consenso sobre quais trabalhadores seriam alçados a representantes de classe, uma ambição de representação que não se limitava aos artífices dos mais diversos ofícios artesanais, mas estendia-se aos operários das manufaturas e fábricas, majoritariamente desprovidos de direitos políticos e submetidos a rígida disciplina e vigilância patronal, condições de trabalho mais duras e salários inferiores aos dos artistas.

Com os ares de eleições primárias, a escolha dos representantes constituía uma etapa prévia da cidadania política que era gestada nos círculos operários, momentos em que os grupos rivais disputavam tanto a hegemonia interna da organização quanto as chances de galgar postos de eleição popular<sup>5</sup>. Nas diversas reuniões e assembleias das associações envolvidas, a participação era supostamente franqueada mesmo a trabalhadores sem o direito constitucional ao voto, que poderiam manifestar-se contra ou a favor de determinado candidato, bem como se posicionar sobre pautas e estratégias relacionadas às venturas eleitorais do grupo.

Em meados de 1890, o Partido Operário da Bahia já se organizava em uma singular estrutura composta de um diretório central e comissões paroquiais em 13 distritos urbanos e rurais de Salvador, além de várias cidades do Recôncavo<sup>6</sup>. No mesmo período, a Liga Operária Pernambucana promoveu reuniões nas sedes de diversas associações de ofício<sup>7</sup>. Em Recife, chama atenção que esses eventos não se restringiam ao universo masculino dos trabalhadores. A Liga investia na filiação de mulheres operárias “das fábricas de tecido e de luvas, camisarias, chapelarias, e de outras oficinas e casas de moda”. Havia o interesse de que elas pudessem formar uma “comissão diretora dentre as associadas para gerir os negócios internos do grêmio” e “tratarem sobre os interesses de parte das classes obreiras”. Esse envolvimento com a condição operária feminina expressou-se no programa eleitoral divulgado em julho de 1890, no qual se defendia a luta pela “redução de horas de trabalhos para as mulheres e aumento de salário”<sup>8</sup>.

Reuniões foram realizadas, panfletos distribuídos e publicações estampavam as páginas da imprensa afirmando que os trabalhadores estavam em campo e iriam colocar os seus nomes nas cédulas das primeiras eleições republicanas. No entanto, chegado o momento quando o Partido Operário da Bahia anunciou a sua chapa em assembleia, diversos dirigentes das comissões paroquiais sentiram-se traídos porque não haviam sido consultados. Acusaram o presidente do partido, o alfaiate Elysiario da Cruz, de tramar “secretamente [...] procurando proteger os seus amigos políticos e não a sua classe”<sup>9</sup>. O conflito propagou-se de tal forma em divisão interna que as candidaturas do grupo nos pleitos legislativos de 1890 e 1891 foram embargadas, mas isso não impediu a participação dos operários na organização das disputas eleitorais na capital baiana.

Bem organizados e com invejável capilaridade por toda a mancha urbana de Salvador, os membros do Partido Operário da Bahia tiveram papel fundamental na estruturação dos pleitos eleitorais naqueles anos. Inúmeros artesãos filiados ao agrupamento foram designados para compor as mesas eleitorais e, em 1892, os líderes do Partido ficaram responsáveis por organizar o processo de alistamento eleitoral em freguesias estratégicas e importantes paróquias da cidade. A direção e a execução desses encargos fundamentais para a instauração da nova ordem política eram evidência do prestígio dos operários. O grupo, no entanto, só iria conseguir alçar voos mais altos enquanto força política a partir de 1893, quando os desentendimentos internos seriam postos de lado para a fusão do Partido Operário e da União Operária e a fundação do Centro Operário da Bahia, ainda que os conflitos internos envolvendo as lideranças do pedreiro mestiço Domingos Silva e do alfaiate pardo Ismael Ribeiro dos Santos sobrevivessem à unidade organizacional (Castellucci, 2010c).

Em Pernambuco houve alguma cizânia em relação ao nome do pintor Jeronimo Telles Junior, eleito para a primeira legislatura estadual republicana pela chapa do Partido Autonomista<sup>10</sup>. A agremiação deodorista impôs monocraticamente o nome do artista, sem diálogo com a Liga Operária de Pernambuco, motivando alguma censura por parte da “classe artística”. Todavia, a aparente animosidade com o pintor não foi suficiente para impedir que ele se coligasse à Liga Operária Pernambucana, o que de fato aconteceu passado o calor das eleições estaduais.

Ao se aproximarem de Telles Junior e do Partido Autonomista, os artífices conseguiram pautar a discussão e a votação de “um decreto para fixar em oito o número de horas de trabalho aos operários e artistas”. O projeto foi apresentado “em nome da Liga Operária de Pernambuco” diante de “galerias [ocupadas] por grande número de artistas e operários” e aprovado na Câmara, mas acabou sendo rejeitado no Senado Estadual<sup>11</sup>. A proposta das oito horas foi ao mesmo tempo uma demarcação de afinidade programática entre os artistas pernambucanos e o movimento internacional de trabalhadores e também uma experimentação de possibilidades



da arena parlamentar. Do púlpito e das galerias do legislativo eles vocalizaram mais alto suas urgências, porém sem reverberação diante da correlação de forças políticas que se apresentava com poder de veto. A partir de então foram mais comedidos nas intervenções de plenário.

Nas campanhas para as eleições seguintes, no entanto, o grupo manteve a pauta das oito horas em seus programas, que também incluíam reivindicações como o estabelecimento de “indenizações nos acidentes de trabalho”, “instrução científica e profissional para todas as crianças”, “igualdade de salário, em igual trabalho, para os trabalhadores dos dois sexos”, entre outras propostas<sup>12</sup>. E com essa plataforma conseguiram eleger ainda outros representantes nas eleições para o Conselho Municipal e a Assembleia Estadual até o fim daquela década.

É provável que essas vitórias tenham sido produto da atuação e das propostas dos artífices diante de um eleitorado formado em grande parte por trabalhadores. Contudo, considerando-se as acusações realizadas na imprensa, é possível pensar que outros aspectos influenciaram nos resultados dos pleitos para além da aderência ideológica e da identificação de classe. Por ocasião da disputa para o legislativo municipal de 1891, foi noticiado que agentes da força pública visitaram as casas de eleitores na véspera da votação ameaçando com prisão quem não votasse no governo e distribuindo uma lista de candidatos que incluía o nome do representante da Liga que se saiu vitorioso na ocasião, o mestre pedreiro José Antonio Vieira da Cunha<sup>13</sup>. Na mesma eleição, só que para a cidade vizinha, a Liga Operária Olindense foi apontada como operadora de um esquema de compra de votos, sendo acusada de receber 800 mil-réis “para dividir com seus eleitores e votar na chapa governista”<sup>14</sup>. É mesmo possível que alguns membros da Liga Operária estivessem imbricados nas tramas de fraude eleitoral cometidas pelos grupos oligárquicos dominantes a ponto de serem beneficiados eleitoralmente. No entanto, isso não representava lealdade cega por parte da Liga. No ano seguinte, os Deodoristas do Partido Autonomista foram abruptamente sacados do poder em Pernambuco, até mesmo com a anulação das eleições de 1891, e a Liga apresentou seus candidatos na chapa dos republicanos históricos, então Florianistas, garantindo que o perfumista Rocha Samico se elegeisse deputado estadual com onze mil votos. Como iremos evidenciar, era no contexto de conflitos oligárquicos que os operários auferiam maiores dividendos eleitorais.

Com exceção dos pleitos de 1902 e 1913, quando os artistas Olavo José de Almeida e Prediliano Pereira Pitta, respectivamente, disputaram uma vaga de deputado estadual, em geral os trabalhadores baianos não tentaram ocupar espaço no legislativo estadual e federal<sup>15</sup>. A complexidade da geografia política da Bahia era tracejada pela maior diversidade de suas zonas econômicas regionalizadas, e cada assento no legislativo estadual era negociado a peso de ouro em acordos de governabilidade costurados entre os clãs do Recôncavo, da Zona do Cacau, do Vale do São Francisco, das Lavras Diamantinas e, finalmente, da própria capital

(Pang, 1979: 68). Sem cacife para peitar os potentados estaduais, os trabalhadores sentaram praça no âmbito municipal e montaram uma máquina política especializada em conquistar cargos distritais e municipais, abocanhando repasses do governo na forma de subvenções estatais e isenções de impostos e mantendo uma estrutura associativa multifuncional com ações mutualistas, sindicais, educacionais e político-eleitorais.

Estrategicamente retraídos nos planos estadual e federal, o Partido Operário, a União Operária Baiana e o Centro Operário da Bahia conseguiram grande sucesso nos pleitos para a Justiça de Paz e o legislativo de Salvador nas três primeiras décadas republicanas. A organização apresentou candidaturas próprias e/ou em aliança com os partidos e chapas das oligarquias em todas as eleições distritais e municipais entre 1892 e 1919. As nominatas operárias refletiam tanto as divisões internas das entidades quanto as alianças políticas que esses grupos rivais faziam com os políticos tradicionais, não sendo incomum que em certos pleitos diferentes membros do Centro Operário aparecessem em chapas concorrentes às eleições.

Apesar dos conflitos que consumiam a organização internamente, já na eleição de 1892 o Partido Operário conseguiu eleger o ferreiro mestiço Francisco Luiz Azevedo para o Conselho Municipal e os artistas Francisco Salles dos Santos e João José de Santana para a Justiça de Paz dos distritos da Sé e Pirajá, respectivamente. Além disso, outros seis membros da organização foram eleitos para outras Juntas Distritais<sup>16</sup>.

O segundo pleito municipal de Salvador sob a República ocorreu em 1896, três anos depois da unificação das fações no Centro Operário. O pedreiro mestiço Domingos Silva, presidente da organização, cumpriu papel destacado na propaganda do alistamento eleitoral dos trabalhadores, chegando a divulgar um modelo de petição a ser encaminhado pelos operários à junta de qualificação<sup>17</sup>.

Dessa vez o Centro Operário apresentou cinco candidaturas operárias ao Conselho Municipal e outras 18 para a Justiça de Paz e as Juntas Distritais<sup>18</sup>. Vários operários da associação concorreram por meio de chapas avulsas ou dos partidos Republicano Federalista e Republicano Constitucional<sup>19</sup>. Os cinco membros do Centro Operário que se candidataram ao Conselho Municipal só conseguiram votos para ficar na suplência. Um ano depois do pleito, porém, sete conselheiros federalistas e constitucionais renunciaram a seus cargos em meio a uma crise política, abrindo espaço para a convocação dos artistas Domingos Silva, José Pereira de Lacerda, Ismael Ribeiro dos Santos, Elysiario Elyσιο da Cruz e Prediliano Pereira Pitta, que tomaram posse declarando que o faziam na qualidade de "representantes da classe operária". Um sexto artista, Manuel Querino, que se havia candidatado pelo Partido Republicano Federalista, também foi beneficiado pela ampla vacância no legislativo de Salvador e tomou posse ao lado de seus companheiros de classe<sup>20</sup>.

Em 1897 os artistas Prediliano Pitta e Manuel Querino se reelegeram e foram empossados no Conselho Municipal, ainda que o alfaiate Ismael Ribeiro e o pedreiro Domingos Silva

(presidente do Centro Operário), candidatos derrotados, tenham tentado anular os resultados do pleito alegando fraude<sup>21</sup>. Nas eleições de 1899 seis artistas da máquina operária se candidataram a novos mandatos no legislativo da comuna, mas apenas Prediliano Pitta conseguiu ser bem-sucedido. Além disso, o Centro Operário conseguiu eleger quatro artífices para as Juntas Distritais e oito para a Justiça de Paz<sup>22</sup>.

A partir da eleição municipal de 1903 os conflitos internos se intensificaram no Centro Operário, guardando relação direta com as alianças das facções operárias com setores oligárquicos em suas disputas político-eleitorais. Como resultado, o pedreiro Prediliano Pitta e o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos elegeram-se conselheiros municipais com o apoio do Partido Republicano da Bahia e do artista Fernando da Costa Bastos, presidente da organização operária. Já o pedreiro Domingos Silva e o alfaiate Elysiario da Cruz, que perderam a direção do Centro Operário, não conseguiram votos suficientes para ocupar uma cadeira no legislativo de Salvador<sup>23</sup>. A mesma lógica repetiu-se na eleição para a Justiça de Paz, já que apenas dois dos dez artistas eleitos eram do grupo de Domingos Silva: o alfaiate Aurelio Cardoso e o tipógrafo Paulino dos Santos Piedade<sup>24</sup>.

Em 1907 o artista Prediliano Pitta se elegeu para o Conselho Municipal e prometeu, em seu ato de posse, atuar como “representante mais direto do povo” e solicitar do Congresso Nacional a aprovação de uma lei de acidentes de trabalho<sup>25</sup>. Em sintonia com a conjuntura nacional, marcada pelos conflitos sangrentos derivados do salvacionismo, no pleito municipal de 1911 houve duplicata de poderes e o Centro Operário não conseguiu eleger nenhum titular para o Conselho, mas a máquina política operária ainda garantiu posição para 12 juízes de paz, nove deles titulares<sup>26</sup>.

A dinâmica foi diferente no Recife. Em 1897 a Liga Operária desvaneceu após anunciar reunião para a organização de “um novo partido baseado nos princípios do socialismo”<sup>27</sup>. O momento era de transformação política em Pernambuco, os conturbados anos iniciais da República desaguararam em conflitos fratricidas com episódios de prisão e derramamento de sangue de tradicionais líderes políticos locais (Cavalcanti, 2014). Ciosos da imposição de uma rotina institucional, diversos chefes políticos da capital e do interior agruparam-se em torno de um antigo representante do “Partido da Ordem”, o conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva. Foi o início da oligarquia rosista, uma das mais sólidas da época, lastreada na habilidade de seu prócer em, do Distrito Federal, controlar os cordéis de poder pela linha do telégrafo distribuindo cargos, equilibrando divergências entre aliados e fechando o cerco à oposição. Entre os anos finais da década de 1890 e 1911, os oposicionistas não fizeram sombra, o grau de competição eleitoral esgotou-se a tal ponto que, nas eleições para o governo do estado em 1900, os grupos contrários ao rosismo nem sequer apresentaram “alguma candidatura lírica de protesto” (Porto, 1986: 209).

Diante do esvaziamento dos pleitos e do arrefecimento das estruturas de mobilização eleitoral no Recife, os trabalhadores organizados viram esmorecer os planos de representação

direta. Naquela primeira década do século XX elegeram apenas um conselheiro municipal em 1905. Todavia, isso não significou o definimento da estrutura organizativa dos trabalhadores pernambucanos; pelo contrário, membros da extinta Liga Operária fundaram o Centro Protetor dos Operários em 1900, e a associação destacou-se por sua atuação na mediação de dezenas de movimentos grevistas ao longo dos anos seguintes. Ocupou-se também da prestação de assistência previdenciária e da oferta de uma série de serviços educacionais e recreativos, além de manter jornal próprio e uma estrutura eleitoral que era eventualmente acionada.

Com milhares de filiados na capital e no interior, o Centro Protetor tornou-se a principal entidade do movimento operário em Pernambuco, e a ascensão do grupo deu-se sob enunciada proteção dos governadores rosistas<sup>28</sup>. Os chefes do executivo poderiam ser encontrados tanto sentados na primeira fila dos festejos de Primeiro de Maio que eram organizados pelo grupo quanto em mesas de negociação dos movimentos grevistas<sup>29</sup>.

Sintomático que, em novembro de 1906, eles tenham corrido ao governador quando quatro grevistas foram presos após sarilho com a polícia em meio a uma greve geral sem precedentes que, após dez dias, havia deixado Recife em grave situação de desabastecimento. Na ocasião os líderes do Centro foram recebidos pelo governador Sigismundo Gonçalves, tiveram o pedido de soltura dos manifestantes atendido e discursaram para a multidão que os acompanhava da própria sacada do palácio do governo<sup>30</sup>. Sobre os trabalhadores detidos, importa observar, três eram pretos e um pardo, todos alfabetizados. Um deles, Samuel Vieira, pedreiro e dirigente do Centro, levava nos bolsos um texto manuscrito com a oração de Clotilde contra São Cipriano, também conhecida como "Oração da perpétua proteção", mas também carregava consigo o título eleitoral. É de se supor que o papel que atestava sua cidadania política lhe afiançava uma camada terrena de proteção diante de dinâmicas conturbadas como as daqueles dias<sup>31</sup>.

## ALFABETIZAR TRABALHADORES, CRIAR NOVOS ELEITORES

**A** alfabetização dos operários era uma preocupação comum às associações em Pernambuco e na Bahia. Os cursos noturnos oferecidos aos trabalhadores serviam ao pronunciado propósito de elevação da classe pela educação. Não obstante, diante de uma lei eleitoral que exigia alfabetização para o gozo dos direitos políticos, essas iniciativas também se voltavam à multiplicação de eleitores e ao fortalecimento político das próprias associações.

Em sua *Constituição* publicada em 1894, o Centro Operário da Bahia estabelecia como um de seus objetivos a criação e oferta de cursos "primário", "secundário", "acessório" e "técnico", mostrando a preocupação daqueles militantes sociais com a instrução enquanto mecanismo de aperfeiçoamento profissional e aquisição de cidadania política<sup>32</sup>.

No relatório de 1900 do Centro Operário, o alfaiate Ismael Ribeiro dos Santos destacou que já não era possível realizar a “separação de castas, como na antiga Índia, nem de classes como no Império Romano”, pois o “proletariado” estava “plenamente convencido de que ele é igual em tudo à outra parte da sociedade, aos outros homens, que possui a mesma alma imortal, sopro e imagem de Deus, os mesmos sentimentos morais, a mesma matéria”. Os “privilégios sociais” e os “preconceitos torpes” eram “barreiras levantadas pelo Erro e pelo Crime contra a dignidade humana”. Sendo assim, os trabalhadores deveriam ter “o mesmo lugar no banquete social” e apenas a “Instrução e a Virtude” deveriam marcar seu “lugar no festim da vida”.

Na seção dedicada às escolas da associação, o diretório informava que as aulas do sexo masculino já se encontravam em funcionamento e que a “escola elementar do sexo feminino”, destinada às filhas dos consócios, seria criada “na primeira oportunidade”. O documento afirmava categoricamente que a instrução era uma “estrela de vívido fulgor que conduz o homem ao porto da felicidade e aproxima-o dessa perfectibilidade sonhada por todos os grandes pensadores da humanidade”. Com a instrução seria possível “ir devastando a seara brava dos preconceitos, que tanto tem impedido e estorvado a marcha das ideias livres tendentes ao nosso bem-estar”<sup>33</sup>.

Com efeito, ao longo dos anos, as escolas primárias do Centro Operário em Salvador formaram grande número de indivíduos habilitados ao exercício do voto. Em 1903 a associação já tinha 132 alunos matriculados em suas aulas<sup>34</sup>. A iniciativa estendeu-se por pelo menos duas décadas, com tendência de crescimento da procura ano após ano. Em relatório de 1920, o Diretório da organização registrou que suas escolas continuavam funcionando em 1919 “com o mesmo vigor na formação do caráter do homem, dotando-o de uma inteligência cultivada, tornando-o capaz de dirigir-se e ajudar-se a si mesmo e desenvolver a sua atividade, a sua arte, as suas aptidões”. Naquele ano, cerca de 270 alunos estavam matriculados em suas aulas<sup>35</sup>.

Em Pernambuco, o único representante legislativo do Centro Protetor dos Operários eleito na primeira década do século XX foi justamente um professor de música que lecionava nos cursos da entidade. Flaviano Martins, que saiu candidato na chapa rosista, foi eleito conselheiro municipal em 1904. Martins propunha uma comissão interna de auxílio ao alistamento para transformar todos os associados do Centro em eleitores, em uma proposta combinada com “as aulas noturnas [...] gratuitas e destinadas ao proletariado”<sup>36</sup>. É importante pontuar que o mandato de Martins tinha a sua peculiaridade, era conduzido por meio de uma gestão colegiada, algo talvez próximo do que Edmund Burke, criticamente, chamava de “mandato imperativo”. Na imprensa podem ser lidas atas de reunião do Centro em que eram debatidos projetos legislativos, como a proposta de fundos de financiamento para a construção de habitações operárias, que foram depois apresentados por Flaviano Martins no Concelho Municipal<sup>37</sup>. Debatia-se mesmo como o representante deveria votar em relação a algumas propostas em trânsito<sup>38</sup>.

## EPÍLOGO: GREVES E SALVACIONISMO

O Centro Protetor dos Operários só voltou a ocupar um assento no legislativo estadual após atuar intensamente na campanha eleitoral mais acirrada da Primeira República em Pernambuco, a eleição para governador disputada entre o General Dantas Barreto e o Conselheiro Rosa e Silva. O pleito ocorrido em 1911 foi um dos episódios mais destacados do salvacionismo. Para desbancar a estável oligarquia rosista, Barreto, então ministro da Guerra de Hermes da Fonseca, mobilizou uma avassaladora campanha de rua que, além de promover comícios e passeatas, enveredou-se por conflitos armados na capital durante os dias anteriores e posteriores à votação. Os dantistas sabiam que, além de obterem uma votação ampla o suficiente para inibir manobras de agentes eleitorais alinhados à Rosa e Silva, deveriam criar um ambiente insustentável para que o oligarca, em caso de vitória, não conseguisse assumir o posto. E foi o que aconteceu. Derrotados nas urnas, os dantistas contestaram o veredito da eleição que, decerto, foi concebido sob fraude sistêmica. Entretanto, só conseguiram reverter os resultados eleitorais após semanas de conflitos entre as forças de segurança de Pernambuco e tropas do exército auxiliadas por colunas populares, como o chamado “34º descalço”, batalhão constituído de jovens gazeteiros armados que montaram barricadas no centro da cidade (Zacarias, 2017: 160).

Nesse pleito os principais líderes do Centro Protetor dos Operários encamparam a candidatura do general, com destaque para os operários das estradas de ferro, categoria mais numerosa entre os associados do Centro. O fervor patriótico salvacionista soava bem a esses trabalhadores que ainda amargavam ressentimento pela atuação dos governos estadual e federal durante a grande greve da *Great Western* em 1909. Na ocasião, milhares de operários cruzaram os braços contra a empresa britânica que administrava a maior parte das linhas férreas de Pernambuco. Eles protestavam contra a diferença salarial e de tratamento entre trabalhadores brasileiros e ingleses. As manifestações grevistas revestiram-se de inflamado tom nacionalista a tal ponto que o cônsul inglês no Recife, movido por “grande inquietação” diante do “sentimento antibritânico”, telegrafou ao chanceler brasileiro, o Barão do Rio Branco, informando que havia solicitado à Coroa “a vinda de alguns vasos de guerra para proteção dos interesses britânicos” e a garantia de segurança aos súditos ingleses<sup>39</sup>. Não foi necessário acionar a Armada britânica, pois antes Miguel Calmon, ministro da Viação, colocou forças federais à disposição para a dispersão da greve e o governo do estado ordenou que a polícia agisse com “máxima força” contra os “arruaceiros”<sup>40</sup>. Dois anos após esses incidentes, os funcionários da *Great Western* de vários ramais do estado paralisaram seus serviços e conduziram “trens especiais” para manifestar apoio ao general em Recife<sup>41</sup>.

Sem o controle da máquina eleitoral no estado, os dantistas entenderam que era fundamental o apoio da classe operária, tanto por seus votos quanto por seu potencial de mobilização.

O maior financiador da campanha de Dantas Barreto, o empresário Frederico Lundgren, anunciou nos jornais estar disposto a contratar em sua fábrica têxtil “todos os eleitores operários de Tecidos que tiverem sido dispensados pelo motivo de não [ter] querido subordinar-se a pressões políticas”. No mesmo anúncio, Lundgren afirmava que ele e os “857 trabalhadores” da Fábrica de Tecidos Paulista declaravam “solidariedade com a candidatura do general”. Poucos meses após a eleição, o governo mobilizou 135 praças de cavalaria da polícia e da infantaria do exército para coibir uma ameaça de greve na mesma fábrica<sup>42</sup>. Em 1913, o próprio Frederico Lundgren elegeu-se deputado estadual com o voto de seus 1.600 operários. Em seguida, demitiu metade dos trabalhadores e reduziu os salários dos que foram mantidos na fábrica (Zacarias, 2017: 142)<sup>43</sup>.

Na mesma chapa dantista que elegeu Lundgren também constava o nome de João Ezequiel, o mais proeminente líder operário de Pernambuco naquele momento. O tipógrafo socialista negro era orador do Centro Protetor dos Operários e tornou-se um tipo de tribuno popular do dantismo. Escolheu quem lhe garantiu carreira vitoriosa doravante. Desse modo, viveu os últimos anos de vida enquanto representante operário no legislativo, tendo sido eleito duas vezes para a Assembleia Estadual e uma vez para o Conselho Municipal. Seu primeiro ato enquanto deputado estadual foi convocar “uma grande reunião operária” para “ouvir seus companheiros de trabalho antes de sua entrada no seio do Congresso Estadual”<sup>44</sup>. Doze associações fizeram-se presentes naquela ocasião, depois vieram outras reuniões e o tipógrafo acostumou-se a levar seu gabinete para as sedes de sindicatos, montepios, associações beneficentes.

Na Bahia também houve uma onda de greves de ferroviários em 1909, e foi nas oficinas da ferrovia, na cidade de Alagoinhas, que J. J. Seabra lançou a Junta Baiana Pró-Hermes. No evento que praticamente inaugurou o salvacionismo no estado, Seabra estava ladeado pelos líderes grevistas e entou discurso com forte tom antioligárquico (Sarmiento, 2009: 88). Os conflitos trabalhistas daquelas greves receberam grande atenção da imprensa partidária e foram assimilados à disputa de poder da campanha presidencial de 1910 (Souza, 2011: 105-157).

A notável adesão popular ao salvacionismo ainda carece de atenção da historiografia. A breve exposição que fizemos tem feição de epílogo e sumariza lógicas de participação política apresentadas ao longo do texto. Os trabalhadores organizados mobilizavam-se eleitoralmente em torno de interesses próprios, eram cotejados por setores das oligarquias, podiam ser decisivos para os resultados dos pleitos e conseguiam eleger representantes legislativos. Esses aspectos devem ser compreendidos como parte de uma cultura política que dinamizou a disputa eleitoral nos centros urbanos durante a Primeira República e relacionam-se a uma agenda coletiva de pesquisa histórica em plena expansão e que “tem retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República ‘Velha’” (Gomes e Abreu, 2009: 1).

**Conflitos de interesse:** nada a declarar.

**Fonte de financiamento:** nenhuma.

**Contribuições dos autores:** Souza, F. A.: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Castellucci, A. A. S.: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Segunda Redação, Escrita – Revisão e Edição.

## NOTAS

**1** *A República*, Recife, 8 jun. 1912.

**2** *A Província*, Recife, 13 out. 1903.

**3** *Jornal do Recife*, Recife, 8 mar. 1892, p. 2.

**4** *Jornal Pequeno*, Recife, 20 abr. 1903, p. 1.

**5** Para o caso de Pernambuco, conferir a “grande assembleia” dos membros da Liga Operária Pernambucana para escolher seu diretório e, posteriormente, nova reunião de “comissões de oficinas e grupos de operários” para a “eleição prévia de candidatos” (*A Época*, Recife, 20 abr. 1890, p. 1; *A Época*, Recife, 7 ago. 1890, p. 1). Para o caso da Bahia, conferir “Ao independente eleitorado da capital da Bahia”, *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2; “Centro Operário”, *Diário da Bahia*, Salvador, 17 set. 1903, p. 1; “Às classes operárias. Ao independente eleitorado do município da capital”, *Jornal de Notícias*, Salvador, 31 out. 1903, p. 3.

**6** “Partido Operário”, *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jan. 1891, p. 2.

**7** *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 maio 1890, p. 2; *A Província*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *A Época*, Recife, 7 ago. 1890. Para além dos grupos que atuaram na esfera eleitoral, Marcelo Mac Cord escreveu detalhadamente sobre a reinvenção da vida associativa pernambucana nos primeiros anos republicanos (Mac Cord, 2016).

**8** *Jornal de Recife*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *A Província*, Recife, 18 jun. 1890, p. 2; *Gazeta dos Operários*, Recife, 15 jul. 1890, p. 1.

**9** “Partido Operário”, *Pequeno Jornal*, Salvador, 21 jul. 1890, p. 2.

**10** O Partido Autonomista congregava tradicionais políticos monarquistas e republicanos de última hora em torno de dois líderes: o abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha e o Barão de Lucena, ministro e principal articulador político do governo Deodoro da Fonseca.

**11** *Jornal do Recife*, Recife, 12 set. 1891, p. 2. A campanha das oito horas também foi abordada por Marcelo Mac Cord (Mac Cord, 2016).



- 12** *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 set. 1891, p. 3; *Jornal do Recife*, Recife, 3 jan. 1895, p. 3.
- 13** *Jornal do Recife*, Recife, 30 set. 1891, p. 3.
- 14** *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 out. 1891, p. 3.
- 15** "Às classes operárias, ao brioso eleitorado da capital", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 out. 1902, p. 2; "Manifesto ao corpo eleitoral da Capital da Bahia", *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 jan. 1913, p. 3.
- 16** "Eleições municipais", *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1893, p. 2; "Juntas Distritais e Juizes de Paz", Salvador, 13 fev. 1893, p. 2.
- 17** "Aos operários", *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 out. 1895; "Aos operários", *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 out. 1895, p. 2.
- 18** "Eleições", *Jornal de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1896, p. 2; "Ao independente eleitorado da capital da Bahia"; *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1896, p. 2.
- 19** "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 mar. 1896, p. 2; "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 mar. 1896, p. 2; "Aos nossos concidadãos", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 mar. 1896, p. 3.
- 20** "Conselho municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 22 jun. 1896, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 27 mar. 1897, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 mar. 1897, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 mar. 1897, p. 1.
- 21** "Eleição Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 jul. 1897, p. 2; "Apuração eleitoral", *Jornal de Notícias*, Salvador, 30 jul. 1897, p. 1; "Eleições municipais", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 ago. 1897, p. 1; "Conselho municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 ago. 1897, p. 2; "Conselheiros municipais", *Cidade do Salvador*, Salvador, 28 ago. 1897, p. 2.
- 22** "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 23, out. 1899, p. 2; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 out. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 out. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 28 out. 1899, p. 1; "Para membros do Conselho Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 nov. 1899, p. 2; "Ao digno eleitorado da capital do estado", *Jornal de Notícias*, Salvador, 9 nov. 1899, p. 2; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 10 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 17 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 20 nov. 1899, p. 1; "Eleição Municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 21 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 25 nov. 1899, p. 1; "Eleição municipal", *Jornal de Notícias*, Salvador, 6 dez. 1899, p. 1.

- 23** "O município", *Jornal de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1903, p. 1; "Conselho municipal", *Diário da Bahia*, Salvador, 16 dez. 1903, p. 2.
- 24** "Conselho municipal", *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1904, p. 2.
- 25** *Jornal de Notícias*, Salvador, 5 nov. 1907; *A Bahia*, Salvador, 7 maio 1908.
- 26** "Juizes de Paz", *Jornal de Notícias*, Salvador, 16 abr. 1912, p. 6; "Eleições", *Jornal de Notícias*, Salvador, 18 jul. 1912, p. 1.
- 27** *Jornal do Recife*, Recife, 30 jan. 1897, p. 5.
- 28** Nas eleições de 1906, um dirigente do Centro defendeu-se dos ataques da oposição que, após ver o operário ser incluído na chapa do governador Sigismundo Gonçalves, passou a atacá-lo, chamando-o de, entre outras injúrias, oportunista. Ele afirmou que: "a minha candidatura surgiu no seio do proletariado, em presença de cerca de 3.000 companheiros [...] que diariamente têm me prestado a sua adesão espontaneamente" ("Ao operariado", *Jornal do Recife*, Recife, 14 dez. 1906, p. 2).
- 29** *Jornal do Recife*, Recife, 20 set. 1905, p. 2; *Jornal do Recife*, Recife, 15 nov. 1904, p. 1; *A Província*, Recife, 6 maio 1906, p. 1; *A Província*, Recife, 3 maio 1902, p. 1; *A Província*, Recife, 2 maio 1902, p. 1; *Jornal do Recife*, Recife, 10 maio 1905, p. 2; *A Província*, Recife, 25 jan. 1902, p. 1. Ao fim do mandato do governador Gonçalves Ferreira, o Centro Protetor publicou na imprensa "sinceros agradecimentos pela maneira cativante com que sempre tratou os interesses da classe [...] dedicando a estes filhos do trabalho o máximo acatamento nas graves questões que o Centro Operário empreendeu quando havia mister julgar a causa dos oprimidos" (*Diário de Pernambuco*, Recife, 8 abr. 1904, p. 1).
- 30** *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 nov. 1906, p. 1.
- 31** *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 out. 1906, p. 1.
- 32** "Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia", *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1894, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jun. 1894, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jun. 1894, p. 2; *Diário da Bahia*, Salvador, 17 jun. 1894, p. 2.
- 33** *Relatório do Centro Operário da Bahia no Exercício Social de 6 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900 apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e Aprovado em Assembleia Geral de 12 de agosto de 1900*. Bahia: Tipografia Passos, 1900.
- 34** *Relatório do Centro Operário da Bahia. Exercício Social de 6 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo sr. Ismael Ribeiro, Presidente do Conselho Executivo e aprovado em sessão de Assembleia Geral de 3 de maio de 1903*. Bahia: Imprensa Moderna de Prudêncio de Carvalho, 1903.

- 35** *Relatórios do Centro Operário da Bahia Apresentados pelo Coronel Eugenio Antonio Cardoso, Presidente do Conselho Executivo. Exercício de 1º de abril de 1919 a 31 de março de 1921.* Bahia: Tipografia e Encadernação do Liceu de Artes e Ofícios, 1921.
- 36** *Jornal do Recife*, Recife, 20 set. 1905, p. 1; *A Província*, Recife, 11 jan. 1906, p. 1.
- 37** *Jornal do Recife*, Recife, 19 abr. 1906, p. 1; *A Província*, Recife, 1 jun. 1906, p. 1.
- 38** *Jornal do Recife*, Recife, 27 set. 1905, p. 2; *Jornal do Recife*, Recife, 25 out. 1905, p. 2.
- 39** A correspondência diplomática foi publicada na íntegra anos depois em "Um documento inédito", *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar. 1913, p. 1.
- 40** *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 jan. 1909, p. 2; *A Província*, Recife, 24 jan. 1909, p. 1.
- 41** *A Província*, Recife, 29 out. 1911, p. 2.
- 42** *Jornal Pequeno*, Recife, 12 jan. 1912, p. 1.
- 43** Na época, com o voto aberto, o eleitor encontrava-se vulnerável a pressões econômicas para votar em seus patrões.
- 44** *Jornal do Recife*, Recife, 26 fev. 1913, p. 2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, J. M. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, 2003. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i59p96-115>.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CASTELLUCCI, A. A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890–1930). *Afro-Ásia*, [S.l.], n. 41, p. 85-131, 2010a. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i41.21199>.
- CASTELLUCCI, A. A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832–1930). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 40-77, 2010b. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p40>.
- CASTELLUCCI, A. A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890–1919). *Revista de História*, São Paulo, n. 162, p. 205-241, 2010c. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i162p205-241>.
- CAVALCANTI, H. S. *Quem é o dono da República em Pernambuco?* Disputas de poder e o governo Barbosa Lima (1889–1896). 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- DANTAS, C. V. Monteiro Lopes (1867–1910), um "líder da raça negra" na capital da república. *Afro-Ásia*, [S.l.], n. 41, p. 167-209, 2010. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i41.21201>.

DANTAS, C. V. Eleições e mobilização negra: o caso das viagens de Monteiro Lopes pelo Brasil (1909–1910). In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; MONSMA, Karl; LONER, Beatriz. (Org.). *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói: EDUFF, 2014. v. 1, p. 97-118.

GOMES, Â. C.; ABREU, M. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.

HASKELL, T. L. *Objectivity is not Neutrality: explanatory Schemes in History*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

LESSA, R. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, Lisboa, v. 47, n. 204, p. 508-531, 2012.

MAC CORD, M. Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 109-125, 2010. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p109>.

MAC CORD, M. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890–1891. *Tempo*, Niterói, v. 22 n. 39, p. 175-195, 2016. <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v223908>.

PANG, E.-S. *Coronelismo e oligarquias, 1889–1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, L. A. M. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 63-88, 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-03>.

PORTO, J. da C. *Os tempos da República Velha*. Recife: FUNDARPE, 1986.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>.

SAMPAIO, G. R.; ALBUQUERQUE, W. R. *De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

SARMENTO, S. N. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, F. A. A blusa e a urna: metamorfoses do associativismo de trabalhadores em Pernambuco entre o Império e a República. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-18, 2020. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e71472>.

SOUZA, R. S. *“Tudo pelo trabalho livre!”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892–1909)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011.

VISCARDI, C. M. R. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

ZACARIAS, A. A. dos S. *A República Oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva*. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.